

## Parte 2 – Sade entre bibliotecas

Na primeira edição de *Aline et Valcour*, publicado em 1795, Sade anunciou ter escrito esse romance filosófico um ano antes do início da Revolução da França. Entretanto, o texto fora redigido em uma versão quase definitiva em 1788,<sup>1</sup> o que nos leva a pensar na força com que 1789 marcava a sociedade francesa do fim do século XVIII. Propondo-se como prenunciador da Revolução, entendemos que Donatien de Sade buscava forjar para si um papel de importante e fiel intérprete do mundo, o que lhe daria entrada no rol dos filósofos franceses que estiveram, ao longo do século, à serviço do esclarecimento. Seu argumento pode, assim, ser visto como participando do esforço em ligar o Iluminismo, a libertinagem e os matizes de ruptura do pensamento e da sociedade francesa em virtude da Revolução.

Consolidou-se paulatinamente a imagem de que a França, em 1789, estava completamente sublevada, em semelhança ao que Paul Hazard afirmou para as últimas décadas do século XVII, quando, num piscar de olhos, tudo mudara — de um mundo fechado e praticamente conhecido, os homens, desconfiados e dispostos a duvidar, começaram a pensar em novas possibilidades e em novos mundos.<sup>2</sup> Parece residir em variações de grau de intensidade e na capacidade de

---

<sup>1</sup> Cf. SADE. *Aline et Valcour ou le roman philosophique*. In SADE. *Œuvres*, I, p.1196 et seq.

<sup>2</sup> Cf. HAZARD, Paul. *La crise de la conscience européenne, 1680-1715*, p.07.

surpreender a diferença entre a crise da sociedade europeia, explicitada entre 1680 e 1715, e os acontecimentos do fim do século XVIII, com os levantes do verão de 1789, nas ruas de Paris; os discursos dos anos revolucionários; a vida política jacobina entre meados de 1792 e 1794; e, principalmente, o 14 de julho de 1789, eleito e constituído como data monumental que marca o início da Revolução, “marco zero” de uma nova sociedade marcada pelo desejo de ampliação das liberdades individuais e realização das utopias.

Desde o fim do século XVIII, o discurso historiográfico vem elegendo a Revolução Francesa como evento organizador desse século e como marco divisor da história moderna francesa e ocidental em um período anterior e posterior a 1789. Segundo Furet, essa imagem foi composta e alimenta-se de uma compreensão da Revolução como fenômeno natural, vista cronológica e socialmente a partir das ações e discursos estabelecidos pelos próprios atores sociais e históricos. O resultado é uma inadvertida equivalência entre a Revolução como processo histórico (objeto de conhecimento e reflexão) e a Revolução como um conjunto de eventos “acontecidos” e vividos. Além disso, o Iluminismo e os debates produzidos ao longo do século acabaram sendo percebidos como indícios inequivocamente vinculados aos eventos de 1789 ou 1793, num delineamento de uma história evolutiva em que a sociedade do século XVIII iria para produzir essa liberdade revolucionária.

A ruptura com essas diretrizes implica, ainda segundo Furet, em operação de disjunção do discurso produzido ao longo da Revolução e das análises historiográficas. Embora seja consenso entre os historiadores de que o quadro sócio-histórico é produzido a partir dos indícios documentais, mas que não deve restringir-se a esses mesmos indícios por implicar em mecanismos compreensivos

mais longos e ancorados em esforços de análise de processos,<sup>3</sup> as análises mantêm a tópica da relação logicamente ordenada entre Iluminismo e Revolução. Ao reavaliar esses vínculos e sugerir a possibilidade de pensar que a Revolução teria criado o Iluminismo, Chartier inverteu o sentido histórico natural da cronologia revolucionária e propôs uma interpretação sobre a necessidade da Revolução de criar sua origem e justificativa. O resultado foi uma polêmica que se estendeu por pelo menos dez anos, teve resposta em forma de posfácil na reedição de seu livro, em 2000, e parece ainda aberta a debates. Conforme os novos esclarecimentos de Chartier, seu objetivo não era questionar a existência do Iluminismo como fenômeno histórico de grande importância, e sim apontar as formas como os revolucionários consideraram certos textos e autores como seus antecessores e legitimadores do processo que promoviam, operando, com isso, a criação de um molde determinado para o Iluminismo.<sup>4</sup> De todo jeito, esse debate serve como indício de que, apesar das resistências, têm havido esforços de renovação nos estudos da Revolução e do século XVIII.

Um balanço indica, também, que algumas práticas, como as relacionadas aos estudos do pensamento do século XVIII em uma sequência cronológica de autores, foram abandonadas. Parece consolidado o entendimento da insuficiência das análises que buscam interpretar o século do Iluminismo pelo “corte longitudinal” e, por conseguinte, pela diversidade dos fenômenos intelectuais. Para o século XVII, segundo Cassirer, ainda se poderia “conservar a esperança” de estudo dos conteúdos e do desenvolvimento da filosofia pelo acompanhamento de sistema em sistema — de Descartes a Malebranche, de Spinoza a Leibniz, de Bacon a Hobbes e Locke. Já o século XVIII e sua “filosofia” do Iluminismo

---

<sup>3</sup> Cf. FURET, F. *Pensando a Revolução Francesa*, p.36 passim.

<sup>4</sup> Cf. CHARTIER, R. *Les origines culturelles de la Révolution Française*, p.128-133; 283 et seq; 283-284.

articularam-se como “algo muito diverso do conjunto que foi pensado e ensinado pelos grandes mestres do período” por se apresentar como um tipo de arte, bem como pela forma em que se constituíram os debates de ideias.<sup>5</sup>

Houve, ainda, no último terço do século XX, um crescimento dos estudos sobre as mudanças ocorridas nas esferas institucionais de opinião pública durante o século XVIII. François Furet e Arlette Farge voltaram a atenção para as diversas formas como a sociedade francesa expressou sua opinião sobre as práticas políticas do século XVIII. Se Furet voltou-se mais para os estudos da Revolução, Farge retomou as análises de Habermas e, a partir delas, reavaliou os processos de transformação das esferas pública e privada, conforme vivenciadas pela sociedade francesa do século XVIII. Junto com Koselleck, cuja tese defendida na década de 1970 tratava da dinâmica interna do Iluminismo e sua relação com a conformação do poder político absolutista, esses e outros historiadores puseram novos parâmetros para se perceber as práticas políticas da França no século XVIII.

Já as análises de história cultural produzidas por Robert Darnton, ao retomar as pesquisas feitas por Mornet no começo do século XX sobre as ideias iluministas e seus vínculos com a Revolução, terminaram por identificar a importância da literatura de caráter mais popular como parte das esferas de debate e produção de ideias ao longo do século XVIII. Destacaram, ainda, o papel dessa literatura na derrocada do Antigo Regime e na emergência da Revolução.

Também na França, os estudos sobre a literatura clandestina (e as tentativas de defini-la historicamente) e a literatura popular, sobre mercado editorial e as formas de circulação dos livros e ideias passaram a compor um interesse maior para os historiadores. Associados às mudanças ocorridas na

---

<sup>5</sup> Cf. CASSIRER, E. *A filosofia do Iluminismo*, p.12 et seq. A análise de Cassirer sobre o Iluminismo foi originalmente publicada em 1932. Porém, mantém-se como referência interpretativa do assunto.

historiografia francesa, que nas décadas de 1960 e 1970 passava de uma história social para uma história sociocultural, delinearam-se outros métodos e abordagens utilizados para pensar o Iluminismo e o século XVIII.<sup>6</sup>

Entretanto, se os estudos sobre as práticas políticas do século XVIII parecem ter sido renovados em suas hipóteses e parâmetros interpretativos, os estudos relacionados às representações sociais, culturais e políticas, embora tenham incorporado ao campo de estudos historiográficos várias abordagens e interesses novos, nem por isso abandonaram a perspectiva clássica da história intelectual em escalonar as produções intelectuais segundo a perspectiva canônica. A prática tem sido a de comparar as listas de acervo de livros que determinado escritor possui e, tendo-as em vista, discutir as formas e os conceitos usados para a escritura e apresentação de seu tema, numa atenção às especificidades da leitura. Também se traduz em verificar como teriam sido produzidas as leituras determinados autores (Diderot, Hume, Kant, Locke, Rousseau, Voltaire etc.), buscando pensar essa prática como processo ativo de produção de ideias.

A insuficiência dessa abordagem reside nos equívocos de uma prática baseada no conceito de apropriação, traduzido como o entendimento das formas plurais como os grupos populares recebem a cultura canônica e erudita.<sup>7</sup> Assim, configura-se uma noção de pluralidade de centros de produção de ideias, porém isso nada mais é do que um escalonamento das formas de produção e recepção (mesmo que essa seja entendida de forma ampla), já que raramente se lida com as influências da cultura popular nos círculos eruditos da sociedade francesa moderna. A estrutura hierárquica das esferas de produção de ideias é,

---

<sup>6</sup> Cf. CHARTIER, R. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação (p.29-67). In *A história cultural entre práticas e representações*; ROCHE, D. De l'histoire sociale à l'histoire socio-culturelle, *Mélanges de l'École française de Rome. Moyen-Âge, Temps Modernes*, p.7-19.

<sup>7</sup> Cf. CHARTIER, R. *A história cultural entre práticas e representações*, p.53 et seq.

assim, mantida. Em primeiro lugar estariam os autores considerados clássicos, tidos como pais da Revolução: Rousseau, seguido por Diderot, D'Alembert, Voltaire, Montesquieu e outros. Em posição inferior circulariam os escritores de textos libertinos,<sup>8</sup> de crônicas diárias, de panfletos políticos etc., importantes por seu papel intermediário entre grupos diversos e por reeleborar diversos temas de filosofia política iluminista.<sup>9</sup>

Embora Chartier aponte para as formas de comunicação cultural no mundo moderno, numa defesa teórica de que os grupos sociais não se isolam e nem constituem fronteiras claras de limites culturais, o argumento de Burke sobre a separação entre a dita cultura popular e a erudita ao longo do mundo moderno, e sobre a capacidade diretiva da esfera erudita, configura-se vitorioso como prática interpretativa dos historiadores da cultura.<sup>10</sup> Os avanços no campo historiográfico estariam, assim, mais relacionados à incorporação de novas questões e à expansão do universo documental do que necessariamente ligados a uma transformação nos parâmetros segundo os quais a história cultural vem lidando com a produção das ideias.

As alternativas a esses limites parecem residir em discussões que incorporam a noção de interferências plurais entre as várias camadas sociais, percebendo-as todas como produtoras de saberes. A preocupação com as formas

---

<sup>8</sup> Conforme discutimos no primeiro capítulo, os regimes discursivos do século XVIII vinculam-se à libertinagem e não à pornografia, embora a bibliografia corrente normalmente use de forma indiscriminada um e outro termos.

<sup>9</sup> A compreensão do caráter mais político e emergencial ou, ainda, diário e folhetinesco da produção literária ocorrida entre 1789 e 1799 teria conduzido a uma escassez nos estudos literários revolucionários. Tratou-se, pelo contrário, de acompanhar a recepção dos pensadores clássicos do Iluminismo e da Antiguidade. Cf. DIDIER, B. *La littérature de la Revolution Française*. Outra face dessas pesquisas redonda em alinhar a diversidade desses textos como componentes da *opinião pública*, aspectos observáveis, por exemplo, em Chartier e nos poucos apontamentos sobre o tema em Furet. Cf. CHARTIER, R. *Les origines culturelles de la Revolution Française*, p.37 et seq.; FURET, F. *Pensando a Revolução Francesa*, p.49 et seq.

<sup>10</sup> Cf. BURKE, P. *Cultura popular na Idade Moderna, Europa, 1500-1800*; CHARTIER, R. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*.

de expressão dadas pela linguagem proporciona, nesse sentido, amplas possibilidades de investigação, pois parte do princípio de que a sociedade é uma rede complexa de comunicação que produz conceitos e ideias simultaneamente a sua articulação em discursos. Nesse caso, a investigação estaria dada em dois níveis. Em um primeiro, imediato, seriam verificadas, como propõe Michel Foucault, as “doutrinas” (ou modalidades de discurso religioso, político, filosófico etc.) que ligam “os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros”, num processo que realiza uma dupla sujeição: “dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam”.<sup>11</sup>

Em outro nível, mais profundo, a atenção estaria voltada para análise atenta dos gêneros do discurso. Segundo Bakhtin, esse conceito está relacionado à existência de “*tipos relativamente estáveis* de enunciados”. Pressupõe, portanto, que os discursos implicam necessariamente no reconhecimento de formas de expressão, com uso de determinadas palavras, de modalidades específicas da linguagem etc., que garantem o reconhecimento social dos enunciados. Visto que são estáveis e não imóveis, devem ser vistos como historicamente constituídos, o que garante que a existência de padrões e fórmulas discursivas coexista na sociedade com a ideia de mudança nesses mesmos padrões e fórmulas.<sup>12</sup>

Delineia-se com essas perspectivas, um suporte conceitual que identifica os discursos em seus limites. Por um lado, o cânone aparece como produção cultural de determinado momento histórico, inclusive participando das relações intrínsecas aos grupos interessados na definição de um rol de temas e autores

---

<sup>11</sup> Cf. FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*, p.43.

<sup>12</sup> Cf. BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*, p.279 et seq.

significativos do período.<sup>13</sup> Opera-se com o princípio da multiplicação das esferas de debates e produção de ideias, pois a discussão sobre a hierarquia dos autores perde importância para a relacionada com a produção das ideias, inclusive considerando essa produção como elemento constitutivo dos debates sociais em suas definições de formas estéticas. Por outro lado, ao inviabilizar a interpretação da capacidade de inovação ou inauguração dos enunciados tal como estava disponível ao primeiro Adão, as formas de sujeição do indivíduo são vistas como fabricação da própria trama das doutrinas ou modalidades do discurso. O pensamento, por sua vez, é entendido como produzido em diálogo com seus pares imediatos e, também, com essas formas matriciais de discursos e linguagem herdadas nesse processo de permanência e mudança que o envolve como suporte de enunciação.

À noção de biblioteca como esse conjunto de textos imediatos aos quais se tem acesso, soma-se a forma múltipla de modalidades de linguagem. A investigação de bibliotecas passa, desse modo, a relacionar-se aos processos de composição do pensamento em virtude dos acessos a determinados temas e pela leitura (entendida em possibilidades imprevistas) de determinados textos. Incorpora também uma relação com os sistemas discursivos em suas modalidades de gênero, de formas retóricas e de vínculos traçados entre temas e escritura. Com isso, a pesquisa volta-se para as formas de reconhecimento e criação operada pelos sujeitos e pela sociedade ao produzir suas ideias em vínculos de longa duração e em interferência plural entre as diversas camadas sociais.

Interrogar-se sobre o sentido genealógico do pensamento de Sade implica, partindo desses pressupostos, no reconhecimento dos diversos acervos de livros

---

<sup>13</sup> Cf. KERMODE, F. *Pleasure, change, and the canon*. In *The Tanner Lectures on human values*.

que ele teve e leu ao longo de sua vida. Não se restringe, contudo, à hipótese de apropriação, já que o pensamento também se liga às formas de expressão em sentidos lingüísticos (semânticos e de gêneros de discursos). O percurso dos livros acessados por Sade, inventariados, citados ou supostamente lidos pelas referências implícitas, expande-se para a ideia de que ele herdara formas de reconhecimento e de expressão capazes de apontar-lhe caminhos a serem percorridos.